

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 056-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Teleférico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
 Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
 Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
 Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
 Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Glasnost, presidente Collor!

Com o País inteiro, junto com o presidente da República, mergulhando em desesperança e depressão moral cada vez mais profundas (que são ainda piores que a recessão econômica), vai-se fechando mais uma volta do círculo infernal em que o Brasil tem estado preso há várias décadas. O produto do trabalho de formiga dos vencedores deste verdadeiro "enduro" de qualidades negativas em que se transformou a carreira política no Brasil mais uma vez atingiu a massa crítica necessária para jogar por terra a última tentativa de estabilização do processo econômico. E a vontade de reagir dos brasileiros vai, mais uma vez, mergulhando inexoravelmente no "ralador" da inflação, do qual sairá ainda mais esquelética e sem músculos do que saiu da última vez. A penosa sensação da repetição da derrota soma-se, desta vez, a humilhação crescente do isolamento na persistência no erro. Estamos cada vez mais sozinhos neste exílio da modernidade, e já não temos sequer o consolo da dúvida quanto à fórmula para escapar dele. Ninguém mais tem dúvidas sobre isso neste momento histórico em que até os pleitos dos revolucionários da União Soviética de 1991 se identificam perfeitamente com os dos revolucionários da América do Norte de 1776, quando a Humanidade descobriu pela primeira vez que seu destino não era, necessariamente, a miséria, mas sim a fartura.

Enquanto povo por povo das mais diferentes culturas e latitudes vai adotando a velha fórmula e prosperando em velocidade tanto maior quanto mais profundamente se atira à reforma do Estado, à liberação das forças produtivas e à integração na economia planetária, nós continuamos sendo intrujados pelo discurso cada vez menos disfarçado da defesa dos privilégios de alguns poucos à custa da miséria de todos.

O quadro de hoje é o quadro de sempre: o peso de um Estado que contrata sem cobrar qualidade, nem honestidade e nem sequer trabalho, e com a promessa da estabilidade eterna ao agraciado e aos seus descendentes, chegou, mais uma vez, ao ponto de tornar insustentável a navegação das empresas. As folhas de pagamento da União, dos Estados e dos municípios consomem tudo o que se arrecada sobre o trabalho e a produção de todo o País, e a capacidade de investimento em serviços públicos continua diminuindo sempre. Mantida intocada a premissa da tragédia, insiste-se em aumentar a pressão dos juros e acena-se com mais uma cirurgia tributária. E as forças produtivas — patrões e empregados — vão submergindo lentamente sob o peso da inflação e da recessão. Em velocidade crescente, os salários somem antes de sair dos bolsos, o clima do "salve-se quem puder" começa outra vez a tomar vulto e as demissões em massa dos trabalhadores sem privilégios voltam às manchetes. Como em todas as outras vezes, é o momento de as velhas formigas se transformarem nas hienas de sempre e virem capturar as presas que aleijaram. Do "podium" do grande torneio nacional de qualidades negativas — o Congresso Nacional — vem o primeiro ato daquele surrado show mambembe: os gritos contra "a ganância dos empresários remarcadores de preços", enquanto, nos bastidores, articulam-se, em nome da "soberania nacional" e da "defesa do patrimônio do povo", todos os que desconfiam que as causas da tragédia já estão evidentes demais e que, antes que alguma reação se esboce, é preciso tomar providências para que tudo continue como sempre esteve. E multiplicam-se as propostas para manter o País profilaticamente isolado da revolução que vai ganhando o Mundo, fechando-o aos capitais e às tecnologias estrangeiras e garantindo a intocabilidade dos privilégios, ditos "direitos adquiridos". O segundo ato é o **turning point** que levará diretamente ao desfecho conhecido: junta-se a barulhenta claque nas galerias e, ao som do Hino Nacional, os oportunistas de sempre atiram aos desesperados um salário mínimo multiplicado por três e dotado de motor próprio, como os daqueles foguetes de São João que sobem para explodir lá em cima. Afinal, quando o incêndio se alastrar, quem se lembrará quais, entre aqueles quase 600 "enduristas", contribuíram para mais esta queima de fogos?

No editorial que publicamos abaixo deste está esboçada, em números, uma das faces do drama brasileiro. Aquela que mostra para onde vai o dinheiro que faz falta à economia. Aqui oferecemos outra — a exata contrapartida daquela — que mostra de onde sai esse dinheiro. Um levantamento feito pelo professor Stephen Kanitz, da USP, no balanço das 500 maiores empresas instaladas no País, mostra que, de tudo que sai do caixa dessas empresas, 44,2% vão para o governo, na forma de taxas, contribuições e impostos variados. Menos da metade disso — 21,5% — vai para a remuneração dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, as empresas recolhem apenas, em média, 7,6% em impostos e gastam 42,1% de seu faturamento em salários. Mas a margem de lucro entre os dois países é quase a mesma: 5% no Brasil e 4,7% nos Estados Unidos. A diferença está em que, para cada cruzeiro distribuído como dividendo aos acionistas das empresas brasileiras, o governo recebe Cr\$ 46 na forma de impostos. Eis, portanto, a demonstração numérica do drama brasileiro, com a clara indicação de a quem ele beneficia.

Mas, se para os poucos brasileiros que podem se dar o luxo de se informarem as causas da desgraça deste país estão evidentes, o mesmo não é verdade para a esmagadora maioria que ainda tem de dedicar todo o seu tempo e esforço à mera façanha da sobrevivência em ambiente tão hostil quanto este em que foi transformado o cenário econômico brasileiro. E é aí, em nossa opinião, que o presidente Collor está cometendo o seu maior erro.

A repetição, nas várias tentativas que fez de propor reformas ao País, de um mesmo diagnóstico e de uma mesma receita — a da redução do Estado ao tamanho mínimo necessário para prover educação, saúde e segurança aos contribuintes; a entrega da função de desenvolver a economia à iniciativa privada e a integração na economia planetária — nos leva a acreditar que o presidente não está surdo à lição do **resultado** que é a que o mundo inteiro, mesmo aquela parcela dele que esteve até ontem atrás da "Cortina de Ferro", está demonstrando que aprendeu. Mas acontece que ele está errando na **escolha de seus interlocutores** nesse processo. A maioria dos membros do Congresso Nacional já demonstrou à exaustão que é "inconveniente" pelos argumentos do interesse nacional e que pouco se importa com problemas que não digam respeito aos seus interesses eleitorais (e outros menos confessáveis) mais imediatos. Na verdade, eles têm dado demonstrações veementes de que são, antes de mais nada, o "braço armado" (de poder legisferante) de uma casta privilegiada que eles mesmos criaram, a qual lhes agradece os privilégios recebidos, garantindo a sua sobrevivência política e que, por tudo isso, não têm a menor intenção de reduzir à condição do comum dos mortais. Assim, não adianta **negociar** com eles. Não adianta pedir-lhes que reduzam os seus próprios privilégios, a sua própria fonte de poder. **Se algum dia algo mudar neste país, mudará pela pressão da opinião pública contra essa maioria do Congresso Nacional que é, na verdade, a força a ser derrotada nesta luta.** O fim desses privilégios interessa, sim, **aos que pagam a conta** que essa parcela dos congressistas expede. E é entre esses que está a única força que, convocada com uma campanha didática de explicação dos fatos e números que põem uma parede intransponível à frente da retomada do desenvolvimento econômico no Brasil, poderá ajudar o presidente que realmente queira derrubá-lo a pôr este muro abaixo.

Está aí a recente e emocionante lição de Moscou: não foi a proposta de **perestroika** (reformas) feita aos detentores dos privilégios que levou às mudanças a que estamos assistindo. Ao contrário, esta proposta levou à tentativa de golpe dos que estavam ameaçados de perder seus privilégios. O que mudou as coisas foi o trabalho mais sutil e mais profundo operado na opinião pública pela **glasnost** (a "transparência", a liberação das **informações** sobre o real tamanho do problema), que levou o povo a barrar o golpe nas ruas e a tomar a reforma em suas mãos.